

QUILOMBOS NO BRASIL: DEMARCADORES DE IDENTIDADE E ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO ÉTNICA

Quase quatro décadas após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a implementação do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) segue marcada por avanços tímidos e descontinuidades institucionais. O Estado brasileiro não estabeleceu um fluxo contínuo e sistemático para a titulação dos territórios quilombolas, conduzindo o processo de reconhecimento e titulação de forma fragmentada, intermitente e sujeita a pressões políticas e econômicas. A ausência de uma política pública efetiva e consistente evidencia um quadro de violência estrutural e institucional, na qual a morosidade e os entraves burocráticos operam como dispositivos que dificultam o acesso dos quilombolas ao direito fundamental ao território. A mobilização étnica de quilombolas no Brasil continua sendo um instrumento de estratégia capaz de reunir a reflexão sobre as ações e narrativas dos próprios grupos. Essas mobilizações confrontam os atos de Estado que são interpostos a eles e os obstáculos e entraves à titulação dos territórios mediante os conflitos de interesse econômico que detêm o monopólio da terra e a concentração fundiária.

A poucos meses de completar três décadas do marco histórico da titulação em 1995 quando se deu a primeira titulação de um território quilombola no Brasil, um feito ressoa em cada trilha percorrida por essas comunidades que *resistem* para *existir*. A titulação do Território Quilombola Boa Vista, do município de Oriximiná, no Pará, fez cumprir o artigo 68 do ADCT da Constituição Federal brasileira de 1988. A luta pela garantia da terra pelos quilombolas se deu muito antes da constituinte, mesmo diante da efetividade do artigo 68 os desafios e a lentidão nas titulações ainda permanecem, mesmo diante das muitas estratégias de mobilização impostas pelos quilombolas.

A reflexão em evidência reúne discussões sobre os quilombos no Brasil buscando compreender através de estudos sobre o tema e diferentes realidades empiricamente observáveis como estes agentes têm estabelecido formas de resistência que demarcam sua identidade étnica e funcionam como estratégias de mobilização diante dos muitos entraves que condicionam a titulação de suas terras, bem como as mobilizações para a manutenção dos territórios titulados. Destaca-se que a compreensão de quilombo neste dossiê afasta-se dos pressupostos evolucionistas e da prevalência absoluta dos “escravos fugidos”, assim como de definições

arqueológicas e das visões frigorificadas do senso comum de interpretações difusas (Almeida, 2011)¹.

A discussão sobre os quilombos no Brasil, quando analisada no âmbito das Ciências Sociais, entende-se que a identidade étnica não como uma essência fixa, mas como um processo dinâmico e relacional. Barth (2000)² argumenta que as identidades étnicas são construídas e mantidas através da interação entre grupos, sendo continuamente redefinidas a partir dos contatos e negociações com o outro. Nesse sentido, a identidade quilombola não deve ser vista como um dado estático, mas como um processo de articulação política e social que se configura em resposta às relações com o Estado, com outras comunidades e com agentes econômicos e políticos externos. Mediante este quadro não se pode falar, portanto, em ausência do Estado no que tange aos quilombos. A própria procrastinação do reconhecimento e da titulação é uma modalidade de ação.

A resistência quilombola, portanto, pode ser compreendida dentro desse quadro analítico como uma prática que reforça fronteiras étnicas e políticas. A luta pela titulação das terras e pela manutenção dos territórios titulados não é apenas uma demanda por reconhecimento legal, mas também um processo de reafirmação identitária, onde os quilombolas atualizam e negociam sua condição étnica diante das estruturas estatais e das pressões do mercado de terras e do agronegócio. A territorialidade quilombola, nesse contexto, deve ser vista como um marcador fundamental dessa identidade, pois, como argumenta Barth (2000), são os próprios agentes que definem os critérios de pertencimento e os limites simbólicos do grupo.

Além disso, a etnicidade não deve ser reduzida a um conjunto de traços culturais supostamente imutáveis. Isso é particularmente relevante na análise dos quilombos, pois muitas narrativas coloniais tentaram definir essas comunidades apenas pelo seu passado de resistência à escravidão, congelando suas identidades em um tempo passado. Contudo, como bem observa Almeida (2011), esse entendimento “frigorificado” dos quilombos não dá conta da complexidade da sua existência contemporânea, que envolve práticas políticas, relações territoriais e dinâmicas culturais em constante negociação.

Os quilombolas, então, não são apenas sujeitos passivos diante das estruturas estatais e econômicas que dificultam o reconhecimento de seus direitos territoriais. Ao contrário, são agentes ativos na formulação de

1 ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombos e as novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.

2 BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: **O Guru, o Iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000. pp. 25-68.

estratégias políticas e jurídicas, na construção de alianças e na elaboração de discursos que reforçam suas reivindicações. Nesse sentido, a luta quilombola pode ser compreendida como um processo de afirmação identitária em que as fronteiras entre "nós" e "eles" são constantemente reforçadas e ressignificadas, garantindo a continuidade e a renovação da identidade quilombola no presente.

Busca-se compreender as estratégias dos quilombolas dentro de suas reinvenções de saberes como afirma Farias (2023)³, em que estes agentes articulam suas narrativas e práticas históricas dentro da dinamicidade em que a vida social impõe. Os artigos aqui apresentados buscam problematizar os desafios quilombolas na realidade contemporânea. As discussões de cunho teórico e empírico sobre demarcadores de identidade que abordam narrativas míticas, ritos, sequências cerimoniais e diferentes formas de artes e saberes praticados pelos quilombolas se apresentam como estratégias de mobilização étnica que buscam a garantia de direitos diante da usurpação de seus territórios. Os desafios passados e presentes mediante as políticas de Estado que garantem direitos quilombolas e as que ameaçam as conquistas englobam narrativas históricas que envolvem a luta pela titulação, destacando momentos-chave e protagonismos quilombolas.

As análises de como a titulação do Território Quilombola Boa Vista contribuiu para a preservação e o fortalecimento da identidade das comunidades quilombolas ao longo desses quase 30 anos, bem como as mobilizações pela titulação do Quilombo do Frexal em Mirinzal (MA), que, em 1992, foi reconhecido como Reserva Extrativista Quilombo do Frexal podem ser observadas e analisadas diante dos diferentes desafios enfrentados pelas diferentes comunidades quilombolas até os dias atuais. As conquistas alcançadas estão relacionadas as estratégias de mobilização utilizadas para garantir os direitos territoriais quilombolas.

Os fatos localizados aqui narrados em relação a esse grupo étnico (Barth, 2000) são compreendidos por meio das interpretações produzidas sobre eles mesmos, buscando uma leitura crítica das formulações que analisam a construção de quilombos com um objeto de análise, rompendo com esquemas explicativos pautadas em imagens arqueológicas, de suposto isolamento e autossuficiência e preceitos dos dispositivos coloniais (Almeida, 2011; Leite, 2000)⁴.

Os textos ora apresentados poderiam ser classificados com resultados de pesquisas rápidas ou de diagnósticos decorrentes de impressionismos.

3 FARIAS, Marcos Alan Costa. *Aiué: música, dança e políticas de identidade no Quilombo Jauari, Território Erepecuru (PA)*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2023.

4 LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. In: *Etnográfica*, Vol. IV (2), pp. 333-354, 2000.

Contudo, vislumbram como resultado de procedimentos analíticos que englobam trabalho etnográfico pautado na relação de pesquisa (Bourdieu, 2008)⁵ e levantamento de fontes bibliográficas e documentais. As análises empíricas se debruçam em entender que as fronteiras sociais estabelecidas (Barth, 2000) são marcadas não somente pela ascendência comum, o uso da terra, dos recursos naturais, mas também pelas relações de reconhecimento mútuo, construído coletivamente em torno do território unificado e sob controle do grupo (O'Dwyer, 2002)⁶ respeitando as diferentes situações etnográficas nas quais os grupos se mobilizam.

A ordem de exposição dos textos viabiliza quatorze textos que versam sobre a temática em questão, com análises localizadas que evidenciam a pluralidade situações e reforçam a ideia da não homogeneização do conceito de quilombo.

O artigo “Luta e Territorialidade Quilombola e o direito à Consulta Prévia, Livre, Esclarecida e de Boa-fé em Quilombos de Anajatuba/MA” apresenta resultados a partir de pesquisa realizada em sete quilombos de Anajatuba, no Maranhão. A reflexão aborda a elaboração de Protocolo de Consulta Prévia, Livre, Informada e de Boa-fé e os impactos relativos à duplicação da BR-135. As autoras discutem a luta das comunidades quilombolas como um espaço de direito para a garantia de vida frente aos conflitos impostos pelo Estado.

Analisar as diferentes realidades empiricamente observáveis de quilombos na Amazônia é o foco apresentado no artigo “Quilombo, Quilombola, Calhambola, Mocambo ou Mocambeiro: possibilidades etnográficas para a Amazônia”. O autor elabora a análise a partir de trabalhos de campo e revisão bibliográfica em comunidades quilombolas de três estados. As análises direcionam à compreensão da ressemantização elaborada pelo movimento quilombola em relação a designação “remanescentes das comunidades dos quilombos”.

Em “Marcadores de Identidade e Memória Quilombola a partir da Arte de Albino” o autor elabora análise a partir de entrevistas e diálogos com o artista plástico Thiago Albino que se autodefine como quilombola do Território do Sapê do Norte, no Espírito Santo. Com abordagens que envolvem memória, práticas e saberes tradicionais o autor aborda os trabalhos do artista por meio de dados obtidos em pesquisa de campo em comunidades quilombolas, festas e livros com ilustrações feitas por Thiago Albino.

5 BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do Mundo**. 7. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

6 O'DWYER, Eliane Cantarino. Os Quilombos do Trombetas e do Erepecuru-Cuminá. In: **Quilombos: identidade étnica e territorialidade** /Eliane Cantarino O'Dwyer, organizadora. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

Os processos de construção identitária em quilombos de Barreirinha, no Amazonas, é o tema central do artigo “Quilombos do Andirá: Construção Identitária e a ‘Guerra dos Mapas’ em Território Tradicionalmente Ocupado”. A autora elabora análise em torno de elementos como a memória coletiva, fatos históricos, o movimento organizativo e os conflitos agrários em torno do processo de titulação fundiária.

O Artigo “Os Atos de Estado como Ausência: Os Territórios quilombolas em análise” apresenta a pertinente reflexão acerca dos conflitos intensificados em torno das mobilizações. Os autores elaboram discussão pondo em voga as políticas compensatórias e a não efetivação das políticas territoriais pelo Estado, bem como todas as consequências geradas pela falta de ação efetiva.

Em “Harmonia coerciva e violação de direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais do Alto rio Acará, Pará” o autor elabora de maneira crítica a reflexão em torno dos efeitos socioterritoriais dos acordos de conciliação com os empreendimentos da *plantation* da dendeicultura. Os conflitos territoriais e étnicos em torno dos povos e comunidades tradicionais do Alto rio Acará revelam as práticas jurídicas, empresariais e políticas em torno de relações desiguais e violadoras de direito.

Os autores do artigo “Rostos Amazônicos: indígenas Kokama e quilombolas reunidos na festa de 133 anos, em devoção a São Benedito, na comunidade do Barranco em Manaus – AM” apresentam análises em torno de expressões socioculturais de quilombolas e Kokama. As abordagens centralizam ações envolvidas à espiritualidade e às crenças vivenciadas pelos grupos étnicos. Os autores focalizam a festa de São Benedito como uma questão simbólica agregada a vida social e como referência para a análise.

A singularidade da religião do Jaré na região da Chapada Diamantina, Bahia é a abordagem do artigo “Resistência e Dinâmica de Adaptação Quilombola: O Jaré na Chapada Diamantina”. Os autores refletem o papel significativo dessa expressão religiosa como elemento da preservação da identidade cultural e espiritual das comunidades quilombolas.

O artigo “Mulheres Quilombolas, Trabalho e Dororidade na Pampa Brasileira” revela a forma pela qual as opressões de gênero, raça e classe social se despontam no trabalho das mulheres quilombolas da Pampa. No estudo, o potencial de mobilização coletiva das mulheres quilombolas é visto como um instrumento para transformar a realidade social.

Os aspectos históricos da colonização do Vale do Guaporé constituem o artigo “Entre a História e a Memória: A Construção da Identidade Quilombola no Vale do Guaporé”. Os autores problematizam o direito ao território e as relações identitárias perpassando por aspectos que se

fundamentam na história e na memória, acionados no contexto da demanda urgente da proteção dos territórios quilombolas.

O autor do artigo “Perspectivas Teóricas da Identificação e delimitação de Território Quilombolas na Bahia” analisa os processos administrativos de regularização fundiária tomando como referência as perspectivas teóricas instigadas nos relatórios técnicos produzidos pelo INCRA. As diferentes perspectivas teóricas elencadas nos processos analisados revelam a própria política de regularização em torno de debates institucionais, técnicos, acadêmicos e políticos.

O autor do artigo “A Política dos Artesanatos: Mobilização de objetos e luta por direitos quilombolas em Paraty, Rio de Janeiro” aborda a mobilização de artesanatos como estratégia de garantia e manutenção do direito territorial. O valor político de objetos materiais é analisado como elemento essencial na afirmação étnica e na defesa do território.

O artigo “Grilagem Judicial em Território Quilombola: Pensando a relação entre grilagem e seletividade racial a partir do caso do Quilombo Von Bock, Rio Grande do Sul” avalia a tentativa de espoliação de terras pertencentes à comunidade quilombola. O conflito em torno da grilagem judicial é contextualizado de modo a compreender como funciona o processo de desmobilização da comunidade no território.

No mais, este dossiê elabora a possibilidade de reflexão de diferentes objetos de estudo, assim como reafirma a necessidade de repensar os quilombolas de forma afastada da homogeneização e dos primados evolucionistas. O convite a leitura desta coletânea de textos instiga ao rompimento com as estruturas analíticas frigorificadas em manuais e conceitos em relação às noções de senso comum do conceito de quilombo.

Marcos Alan Costa Farias (PPGCSPA/UEMA)⁷

Juliane Pereira dos Santos (PPGSND/UFOPA)⁸

Alfredo Wagner Berno de Almeida (PPGICH/UEA)⁹

7 Pós-Doutorado no PPG em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA/UEMA). Doutor em Antropologia Social pelo PPG em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM). Pesquisador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA).

8 Pós-Doutorado em andamento no PPG em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento (PPGSND/UFOPA). Doutora em Antropologia pelo PPG em Antropologia (PPGA/UFPA). Integra o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA).

9 Professor permanente do PPG Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas (PPGICH/UEA) e do PPG em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA/UEMA) da UEMA. Coordena o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA).